

Os Fatores de Insucesso das Empresas de Pequeno Porte e a Contabilidade: Um Estudo em Unidades Lotéricas

The Unsuccessful Factors of the Small Firms and the Accounting: A Study in Loteric Units

Juliana Ventura Amaral

Mestranda em Ciências Contábeis – FEA/USP

Av. Prof. Luciano Gualberto, 908 – Cidade Universitária – São Paulo – SP – 05508-900

juliana.ventura.amaral@usp.br

Silvia Pereira de Castro Casa Nova

Doutora em Ciências Contábeis – FEA/USP

Pós-doutora em Administração – EAESP/FGV

Professora da FEA/USP

Av. Prof. Luciano Gualberto, 908 – Cidade Universitária – São Paulo – SP – 05508-900

silvianova@usp.br

Resumo

A empresa de pequeno porte contribui imensamente com a geração de empregos no país e apresenta uma participação razoável na composição do Produto Interno Bruto (PIB), no entanto, ao mesmo tempo, possui elevadíssimas taxas de mortalidade. No segmento lotérico, não se tem a taxa de mortalidade específica, mas um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) demonstra que grande parte das unidades lotéricas apresenta prejuízo ou baixa rentabilidade. Esta pesquisa propôs a verificação de como a contabilidade pode contribuir com o sucesso das micro e pequenas empresas, especialmente do segmento lotérico, aumentando a rentabilidade e diminuindo a mortalidade das mesmas. Para esta verificação foi realizado um estudo multicaso em três unidades lotéricas, onde foi analisada a contabilidade e os fatores de insucesso a ela relacionados. Os fatores de insucesso investigados foram: problemas com capital de giro, problemas com maus pagadores, carga tributária elevada, desconhecimento da margem de contribuição e controle interno ineficiente. É uma pesquisa qualitativa na qual se procurou entender, compreender e descrever a contabilidade em pequenas empresas do segmento lotérico. Concluiu-se que a contabilidade destas empresas é efetuada externamente com propósitos exclusivamente fiscais e legais, havendo poucas informações que ajudem o proprietário a conduzir sua empresa ao sucesso.

Palavras-chave: Empresas de pequeno porte. Insucesso. Mortalidade. Contabilidade.

Abstract

Small firms contribute significantly to the job generation process and are liable for a substantial part of gross domestic product (GDP), but, at the same time, they usually have a high death rate. In lottery segment, the mortality rate is not known, but an IPEA study demonstrated that a great part of its firms report negative or low income. This investigation proposes to understand how accounting can help in the search for success in the segment, increasing its return and reducing its mortality. For that, a multicase study in three loteric units was done, where accounting and unsuccessful factors (problems with cash, problems with bad payers, high taxes, ignorance of contribution margin and inefficient internal control) were investigated. It is a qualitative research with the aim of understanding, comprising and

describing the role of accounting in small firms of loteric segment. The results showed that accounting in lottery segment is exclusively for fiscal and legal use with little information to assist owners in the management process.

Keywords: Small firms. Unsuccessful. Mortality. Accounting.

1 – Introdução

Observa-se que o estudo da contabilidade é muito mais voltado a empresas de grande porte, havendo, por exemplo, no Departamento de Contabilidade da FEA-USP até 1996, segundo Casa Nova (1996, p.32), duas dissertações de mestrado e uma tese de livre-docência sobre a contabilidade de pequenas empresas. Uma pesquisa na biblioteca da FEA-USP permitiu localizar dez novas dissertações de mestrado, elaboradas entre 1996 e 2006, do Departamento de Contabilidade, que, de alguma maneira, tratam a relação da contabilidade com as empresas de pequeno porte. O quadro 1 relaciona as dissertações localizadas:

Quadro 1: Estudos sobre contabilidade e empresas de pequeno porte do Departamento de Contabilidade da FEA-USP

Título	Autor	Ano
As empresas de pequeno porte e a contabilidade	CASA NOVA, S. P. C.	1996
Modelo conceitual de mensuração de resultado para micro e pequenas indústrias: um enfoque em Gestão Econômica - GECON	ALVES, N. J. F.	1997
Informações contábeis- financeiras para empreendedores de empresas de pequeno porte	OLIVEIRA, A. M. de	2001
Uma contribuição ao estudo da decisão de preços nas micro, pequenas e médias empresas	SILVA, R. M. de S.	2001
Informações contábeis e o processo decisório em pequenas empresas: estudos exploradores da cidade de Goiânia	FERREIRA NETO, B. J.	2002
Avaliação do desempenho das empresas financiadas pelo PROGER na região de Santa Maria/RS	GRÄBNER, S.	2003
Informação gerencial: seu fornecimento pelas organizações contábeis do município de Florianópolis aos gestores das empresas de pequeno porte do setor hoteleiro	MACIEL, J. M.	2003
Escala hierárquica do risco setorial (EHRS) das pequenas empresas: um estudo de caso	NAKAO, A. N.	2003
Implementação de ERP em pequenas e médias empresas: estudo de caso em empresas do setor da construção civil	VALENTE, N. T. Z.	2004
Métodos de custeio e custeio alvo: uma contribuição ao estudo de custos em organizações hospitalares	LIMA JÚNIOR, E.de	2006

Fonte: Elaborada pelos autores

Com este quadro, percebe-se que a quantidade de estudos do Departamento de Contabilidade da FEA-USP sobre a relação da contabilidade com a pequena empresa ainda é muito pequena, embora se deva destacar que houve um aumento substancial desta quantia, já que, de 1970, ano em que se iniciou o mestrado em contabilidade na referida instituição, até 1996 (26 anos) foram elaborados apenas três estudos sobre este tema, enquanto que de 1996 até 2006 (10 anos) foram feitas dez dissertações de mestrado.

Ercolin (2007, p.16) também afirma que a maioria de estudos sobre fracassos empresariais são concentrados em empresas de maior porte, tendo poucos estudos nacionais e internacionais que focam os fatores que causam o fracasso de empresas de pequeno porte.

Assim como existem poucos estudos sobre a contabilidade em empresas de pequeno porte, poucas pesquisas sobre a contabilidade e até mesmo sobre a gestão de unidades lotéricas são encontradas. A maior parte de estudos que se encontra sobre este segmento são estudos encomendados pela CEF – Caixa Econômica Federal, e, oriundos do SEBRAE –

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (federal e regionais). Pouquíssimas são as pesquisas acadêmicas e científicas que propõem a verificação de como é a gestão e a contabilidade destas empresas, que, em 2007 (SEBRAE, 2007b, p.03) somavam 9.350 unidades, espalhadas por 3.600 municípios do território brasileiro.

Em vasta pesquisa em catálogos de dissertações, teses, e mesmo em pesquisas pela internet, apenas foi localizado o artigo de Silva *et al.* (2008) no IV Simpósio Acadêmico de Engenharia de Produção, que trata de um estudo comportamental do sistema de uma casa lotérica e um resumo do mestrado de Fossá (2002) na repositória da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, que analisa o comportamento dos empresários lotéricos no momento de decisão de compra de uma Unidade Lotérica.

Nota-se que a empresa de pequeno porte contribui imensamente para a geração de empregos do país, pois segundo o SEBRAE (2005, p.44), em 2002 representou 99,2% do total dos estabelecimentos e foi responsável por 52,8% dos empregos no Brasil, e se considerados proprietários, sócios e trabalhadores por conta própria das empresas deste porte, representaram 57,2% dos empregos brasileiros. Ferreira (2006, p.08) afirma que o estado de São Paulo tem a liderança em empregos em empresas de micro e pequeno porte (MPEs) no Brasil, empregando mais do que a soma das regiões nordeste, centro-oeste e norte. A região sudeste concentra 51,3% destas empresas no país, sendo que dentre estas, 58,6% (ou seja, aproximadamente 30% do Brasil), situam-se no estado de São Paulo. A Agência SEBRAE de Notícias (2009) afirma que dos 138.402 empregos gerados em julho de 2009, 111.169 (80,3%) foram gerados por MPEs. As MPEs também têm uma participação razoável na composição do PIB nacional representando em 2002, conforme Ercolin (2007, p.16) 20% de tal índice.

Ao mesmo tempo em que geram numerosos empregos e aumentam o PIB nacional, possuem elevadas taxas de mortalidade. O SEBRAE (2007a, p.16), conforme pesquisa realizada entre 2003 e 2005, aponta que das empresas com até 4 anos 35,9% morrem. O SEBRAE-SP (2008b, p.03), em rastreamento realizado de outubro de 2006 a março de 2007, aponta que 64% das empresas paulistas com até 6 anos encontram-se encerradas.

Encontra-se então uma lacuna de pesquisa sobre os impactos da aplicação e utilização da contabilidade para estas empresas, produzindo informações que realmente interessem ao usuário, e ajudem a diminuir estas elevadas taxas de mortalidade.

No segmento lotérico, não se tem a taxa de mortalidade específica, mas um estudo do IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada demonstra que 8,7% das Casas Lotéricas e 17,1% das Unidades Simplificadas de Loterias apresentaram prejuízo entre março e maio de 2007.

Desta maneira, pretende-se verificar quem está fazendo e como está sendo feita a contabilidade nas empresas de pequeno porte, em especial, unidades lotéricas, de modo a identificar se esta tem caráter apenas fiscal e tributário ou se há alguma informação gerencial gerada. Paralelamente, pretendem-se verificar quais são os fatores de insucesso das MPEs brasileiras e dentre estes, quais estão relacionados à contabilidade. Juntando estas duas informações, encontrar-se-á o ponto em que a contabilidade está se abstendo e deixando de contribuir ao sucesso destas empresas. Deste modo, a presente pesquisa suscita a seguinte questão: Qual é o papel da contabilidade em Unidades Lotéricas frente aos fatores de insucesso que afligem as pequenas empresas?

Em tempos de crise, como a que fora recentemente vivida, com quebras de empresa de grande porte com contabilidade madura e bem aplicada, mais importante é conhecer a micro empresa e descobrir mecanismos que possam ajudá-la a evitar o insucesso para que elas ajudem a economia, a geração de empregos e a superação da crise.

Os objetivos deste estudo são, portanto, conhecer a contabilidade que está efetivamente sendo feita em empresas de pequeno porte; enumerar os fatores de insucesso a

que estão sujeitas estas empresas; relacionar os fatores de insucesso ao modo que a contabilidade é feita e; por fim, verificar como estas empresas lidam com estes fatores de insucesso.

Este conhecimento da contabilidade, bem como a identificação dos fatores de insucessos relacionados à contabilidade foi buscado no segmento específico de unidades lotéricas, localizadas no município de São Paulo. Tal escolha deve-se ao fato de que são empresas de pequeno porte que estão sujeitas a condições e situações bastante distintas dos demais segmentos de micro e pequenas empresas: dependem de licitação do Governo Federal, mediante a CEF - Caixa Econômica Federal para serem abertas, devem prestar contas à mesma e estão sujeitas a seguir um padrão, o padrão Loterias Caixa, além de estarem presentes em todo território brasileiro, em muitíssimos municípios, e apresentarem em altas proporções, curiosamente, apesar da grande demanda que possuem, baixa lucratividade ou prejuízo.

2 – Fundamentação Teórica

2.1 – Objetivo da Empresa

Hozí (2004, p.21) afirma que para a Administração Financeira, o objetivo econômico das empresas é a maximização de seu valor de mercado a longo prazo, pois assim, conseqüentemente, a riqueza de seus proprietários aumentará. Brigham, Gapenski e Ehrhardt (2008, p.32) concordam, afirmando que a finalidade da empresa é a criação de valor para seus proprietários. Assim se observa que toda empresa, seja ela de pequeno, médio ou grande porte, está interessada em gerar valor para seus donos.

Em empresas de grande porte fica mais simples entender como se dá este processo, que normalmente ocorre através da maximização do preço da ação. Para empresas de pequeno porte, o objetivo é o mesmo, embora o processo seja diferente. A criação de valor para esta empresa pode ocorrer com a valorização do ponto comercial, com o aumento do valor que a empresa poderá ser vendida, com a geração de lucros crescentes, entre diversas outras maneiras. Desta maneira, chegamos à conclusão de que não importa o porte, a finalidade, o objetivo da empresa, sempre é a criação de valor para seus proprietários, e isto apenas ocorrerá se a empresa tiver sucesso.

2.2 – Objetivo da Contabilidade

Visto o objetivo da empresa, vejamos agora o objetivo da contabilidade. Segundo Iudícibus (2009, p.04) o objetivo da contabilidade é fornecer informação econômica, física, de produtividade e social relevante para que cada usuário possa tomar as corretas decisões e realizar seus julgamentos com segurança. As informações contábeis deveriam ser feitas ajustadamente, de uma forma que os usuários reagissem para tomar a decisão acertada.

2.3 – Objetivo da Empresa e Objetivo da Contabilidade

Assim sendo, reunindo os dois conceitos, entende-se que a contabilidade deve fornecer as informações que sejam de interesse do proprietário, pois a empresa apenas existe com o fim de geração de valor a ele.

No processo de convergência e harmonização que a contabilidade se encontra atualmente, nota-se que o foco é fornecer informações que sejam de interesse dos proprietários, acionistas. Normas internacionais, tais como as IFRS e SFAS, indicam procedimentos, políticas e condutas que cheguem à formação de uma informação totalmente interessante ao proprietário. Com estas tendências internacionais e a nova lei 11.368/2007, o

que se especula é que haja duas contabilidades, uma com fim societário, a qual será mais importante, pois gerará informações ao proprietário; e outra com fim fiscal, para apuração de impostos a recolher entre outras determinações legais.

Assim como as empresas de grande porte, as de pequeno também tendem a caminhar para a convergência internacional, entretanto no atual momento estão sujeitas a regras nacionais e específicas ao seu porte.

O que de fato tem se visto na contabilidade das MPEs é uma contabilidade totalmente com fim fiscal. Nestas empresas, os lançamentos, as apurações, os cálculos, são sempre feitos levando em conta índices e alíquotas permitidas pelo Fisco. As informações geradas são, portanto, destinadas a um usuário principal: o Fisco. Esquece-se, desta maneira que o usuário a quem estas informações deveriam ser geradas e destinadas com o fim de analisá-las e controlá-las, deveria ser o proprietário. De posse dessas informações, o proprietário conseguiria melhor conduzir a empresa rumo ao sucesso e à criação de valor.

2.4 – A Contabilidade e a Empresa de Pequeno Porte

Segundo Applegate *apud* Casa Nova (1996, p.119), o contador não faz apenas o imposto de renda; ele cuida de todos os impostos, dá assistência administrativa geral, elabora relatórios financeiros, revisa contratos de empréstimos e cria um sistema de contabilidade para a empresa. Vê-se assim, novamente, que o foco principal da contabilidade nestas empresas é o fiscal (imposto de renda e outros impostos e criação de um sistema de contabilidade que certamente será feito para automatizar a contabilidade baseado em normas, alíquotas e índices fiscais). A revisão de contratos de empréstimo e a elaboração de relatórios financeiros são, sim, atividades, que deveriam estar na rotina do contador ou empresas de contabilidade que dão suporte às pequenas empresas, e deveriam estar agregadas a outras informações com fins de controle e gerenciais, que são de interesse do proprietário.

Nunes e Serrasqueiro (2004, p.94-95) verificaram que quando são os empresários que elaboram a contabilidade internamente, atribuem a ela maior importância, tanto nas decisões estratégicas como nas operacionais. Em compensação, quando a contabilidade é feita externamente, a principal finalidade da sua elaboração é para propósitos fiscais e legais. Verificaram também que quando a contabilidade é feita externamente, o nível de formação do empresário é predominantemente o ensino básico e secundário, e o mesmo pode apresentar dificuldades na análise e interpretação das demonstrações financeiras, não considerando assim a informação contábil um fator importante na tomada de decisões estratégicas e operacionais, necessitando, conseqüentemente, de aconselhamento. Nessa situação, o contador pode desempenhar um papel importante de aconselhamento junto do empresário.

Ueno e Casa Nova (2005, p.12) constataram a necessidade de uma maior divulgação das técnicas e dos reais objetivos da contabilidade, pois verificaram que os empresários julgam que a contabilidade é importante na gestão dos negócios, porém não possuem uma visão clara do que é a contabilidade e o que ela propõe. Uma alternativa proposta por Ueno e Casa Nova (2005, p.12) para melhor compreensão e utilização das técnicas contábeis seria uma maior aproximação do contador com a gestão das empresas, o que facilitaria o emprego das técnicas financeiro-contábeis e alteraria a percepção do gestor do que é contabilidade e como ela pode ser útil na gestão do negócio.

Com a atual insuficiência e ignorância de informações contábeis, o proprietário, que é normalmente quem administra, quem cuida do negócio, é levado a tomar uma série de decisões erradas, que únicas ou em conjunto podem levar ao insucesso da empresa.

E não apenas a tomada incorreta de decisões é uma penalidade sofrida pela postura da contabilidade: segundo Kassai e Casa Nova (2006, p.07) as empresas de pequeno porte encontram, por a contabilidade não refletir a real situação da empresa, mais dificuldade no processo de obtenção de empréstimo, sendo obrigadas a fornecer mais informações cadastrais, Os Fatores de Insucesso das Empresas de Pequeno Porte e a Contabilidade: Um Estudo em Unidades...

a sofrer visitas locais para averiguações, a apresentar garantias reais superavaliadas e, conseqüentemente, a arcar com taxas de juros mais elevadas.

2.5 – Fatores de Insucesso a que as Empresas de Pequeno Porte Estão Sujeitas

Iugo (1991) fez uma pesquisa em Portugal em 1987, onde 108 empresários gestores de pequenas empresas portuguesas foram entrevistados e retrataram os principais problemas enfrentados por estas empresas. Selecionaram-se, então, os principais problemas que tem alguma relação com informações contábil-financeiras e são eles insuficiência permanente de tesouraria, encargos sociais e fiscais, insuficiência de fundos próprios, falta de pagamento dos clientes, encargos com o pessoal. A contabilidade não pôde prever a eminência destes problemas, pois embora sejam informações totalmente detectáveis com seus instrumentos, ao estar com o foco ao usuário Fisco, não as gerou. Desta maneira, a contabilidade não atingiu seu objetivo de gerar informação ao usuário proprietário e nem a empresa atingiu a finalidade de criação de valor ao mesmo, pois com estes fatores de insucesso, ou teve diminuição de seu valor, tendo que lidar com prejuízos ou chegou a falir.

De 2003 a 2005, o SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2007a) fez uma pesquisa no Brasil sobre os fatores condicionantes e taxas de sobrevivência das micro e pequenas empresas. Alguns dos fatores de insucesso relacionados às informações geradas pela contabilidade são: falta de capital de giro, carga tributária elevada, falta de crédito bancário, maus pagadores.

O fato de os fatores de insucesso de ontem e de hoje serem muito semelhantes não é mera coincidência, eles retratam que uma contabilidade insuficiente de controle foi e continua sendo adotada, violando os objetivos de si própria e os da empresa.

2.5.1 – Problemas com Capital de Giro

Hози (2004, p.117) define capital de giro como aquele que corresponde aos recursos aplicados em ativos circulantes, que se transformam constantemente dentro do ciclo operacional. É também conhecido como capital circulante. É o capital que fica girando dentro da empresa, e a cada vez que sofre transformação em seu estado patrimonial, produz reflexo na contabilidade. Até transformar-se novamente em dinheiro, o valor inicial do capital de giro vai sofrendo acréscimo a cada transformação, de modo que, quando o capital retornar ao estado de dinheiro, ao completar o ciclo operacional, deverá ser maior que o valor inicial.

Santos (2001, p.26) menciona que o capital de giro deve ser minimizado até o ponto em que não traga destruições às vendas e à lucratividade da empresa e que sua parcela permanente deve ser financiada com recursos financeiros permanentes (passivo exigível de longo prazo e patrimônio líquido), enquanto sua parcela flutuante pode ser financiada com recursos financeiros de curto prazo (passivo circulante).

Casa Nova (1996, p. 209-239) propõe a elaboração de um fluxo de caixa prospectivo que evitaria os problemas com o capital de giro, pois haveria o conhecimento de quanto capital, quanto dinheiro, seria necessário para o desenvolvimento das atividades, bem como para análise e avaliação de uma possível ampliação das atividades da empresa. Com a informação do fluxo de caixa prospectivo, o proprietário poderia cuidar das finanças da empresa; ter conhecimento de quanto tempo ele tem, a partir de quando compra, para pagar; quanto tempo demora para receber; quanto tempo mantém seus produtos em estoque. Com esse maior controle financeiro, possivelmente a necessidade de empréstimos seria menor, conseqüentemente, evitando ou diminuindo o problema da falta de crédito bancário.

Além da falta de previsibilidade do capital de giro que pode ser minimizada com a utilização do fluxo de caixa prospectivo, Santos (2001, p.31-33) mostra outros problemas que são comumente enfrentados pelos empresários de empresas de pequeno porte:

Sazonalidade das receitas: Receitas irregularmente distribuídas ao longo do ano, caracterizando um processo sazonal de receitas. Para contornar este problema de capital de giro é interessante que se mantenha uma reserva sob forma de aplicações financeiras de alta liquidez para surpresas serem evitadas durante o período de redução de vendas.

Ciclo operacional longo: Quando a empresa tem um ciclo operacional longo, ela conseqüentemente tem uma maior necessidade de capital de giro e precisa de maior lucratividade para compensar o alto custo de seu financiamento. O recebimento do serviço prestado mediante um cronograma de eventos, estabelecido contratualmente, onde quando o serviço for concluído, praticamente já foi todo recebido pode contornar este problema.

Insuficiência de capital de giro: Pode ser originada por diversos fatores, entre os quais: redução de vendas; aumento de vendas (devido ao efeito tesoura, onde se cresce tanto que não se consegue os recursos para este crescimento); crescimento da inadimplência; aumento das despesas financeiras e aumento de custos.

2.5.2 – Problemas com Maus Pagadores

Assim como a empresa é financiada a curto prazo em seu passivo operacional com as contas de fornecedores e duplicatas a pagar, a empresa também financia seus clientes, por meio de vendas a prazo. Com as vendas a prazo, alguns clientes acabam não pagando e a empresa acaba tendo o não recebimento, além de ter custos com a cobrança destes devedores.

O problema dos maus pagadores poderia ser estimado com a previsão de devedores duvidosos, baseado na média efetiva de não recebimento de clientes verificadas nos anos anteriores. Assim, poderia se provisionar uma perda e deixar “reservado” este valor para não se correr o risco de se gastar o que não será recebido. Não se gastando o que não se receberá, não haverá problemas no capital de giro, não será necessário recorrer a empréstimos para compensar este valor, enfim, não se cairá neste ciclo vicioso. Vale-se lembrar que as empresas de pequeno porte não têm mais usualmente calculado a Provisão de Devedores Duvidosos, pois desde 01/01/1997, com a Lei 9.430/1996, a PDD é indedutível do Lucro Real, para fins tributários e fiscais.

2.5.3 – Carga Tributária Elevada

A própria contabilidade fiscal deve ser objeto de planejamento, e parte da contabilidade gerencial. Deve-se fazer um planejamento tributário.

Campos (2007, p.08) define planejamento tributário como a busca de alternativas de redução de carga fiscal, por meios lícitos (elisão fiscal) antes da ocorrência do fato gerador dos tributos. O planejamento tributário pode também buscar a postergação/diferimento da ocorrência do fato gerador de tributo. Ressalta também que o sistema jurídico brasileiro contém em seu bojo a possibilidade de o contribuinte planejar seus atos e negócios de forma a não pagar imposto, ou incidir na menor carga tributária possível, ou postergar o momento em que deve recolher algum tributo. Desta maneira nenhuma empresa é obrigada a praticar atos ou negócios que acarretam a incidência de tributos mais onerosos.

Para o contribuinte planejar seu tributo ele terá que adotar os seguintes procedimentos preventivos: antecipação ao fato, prevendo a sua ocorrência; e, adoção de um procedimento lícito que evite a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, ou adoção de uma alternativa legal que esteja em seu alcance para reduzir a carga tributária.

Luca, Teixeira e Corrêa (2007, p.02-03) indicam que o planejamento tributário pode ser subdividido em duas espécies:

Resultante em elisão induzida pela lei, onde a legislação oferece aos contribuintes alternativas e incentivos que resultam em redução da carga tributária. A apuração dos lucros das MPEs é um exemplo da elisão induzida pela lei e pode ser calculada das seguintes

maneiras: Super Simples; Lucro Presumido; Lucro Arbitrado e Lucro Real (este podendo ainda ser: anual com pagamento de IRPJ por estimativa, anual com balanço de suspensão/redução e trimestral). Assim, cada forma de apuração do lucro chega a um valor a recolher de imposto e, havendo um planejamento eficiente, se pagará o menor imposto legalmente possível.

Elisão que surge de lacuna na lei, onde devido a uma legislação prolixa e analítica e um complexo sistema tributário, o contribuinte pode se utilizar de lacunas para desonerar-se de tributo.

2.5.4 – Desconhecimento da Margem de Contribuição

Problemas financeiros são muitas vezes causados por não se ter o conhecimento de qual é o custo de determinado produto ou serviço, vendendo-o às vezes por um preço menor do que seu custo. É de vital importância ter o conhecimento do quanto custa produzir ou prestar determinado produto e serviço, para aí se determinar, qual o preço mínimo que poderia ser cobrado.

Com o preço a ser cobrado e o custo do produto ou serviço, deve-se calcular a margem de contribuição, que segundo Martins (1998, p.194-195) é a diferença entre a receita e o custo variável de cada produto, ou seja, é o valor que cada unidade efetivamente traz à empresa de sobra de sua receita e o custo que de fato provocou e lhe pode ser imputado sem erro. Com a margem de contribuição é possível perceber quanto que cada produto ou serviço contribui individualmente com o resultado da empresa.

E não apenas adianta vender um produto ou serviço por um preço maior do que lhe custou, se a empresa não consegue sustentar com esta receita os custos e despesas fixas. A empresa deve, portanto, calcular qual é a quantidade mínima que deve vender para que consiga ao menos cobrir seus custos e despesas fixos. Este é o Ponto de Equilíbrio também denominado Ponto de Ruptura, *Break-even point*, que Martins (1998, p. 273-279) relata nascer da conjugação dos custos totais com as receitas totais. Ponto de equilíbrio é, portanto, a quantidade em que a margem de contribuição cobre os custos e despesas fixas, resultando em um lucro igual a zero.

2.5.5 – Controle Interno Ineficiente

Bergamini Júnior (2003, p.23-24) ressalta que as PME's (empresas de pequeno e médio porte) apresentam um histórico de reduzida utilização de controle internos e/ou de desenvolvimento destes, estando suas altas taxas de mortalidades relacionadas à ausência de um nível pelo menos mínimo de formalização e desenvolvimento deste controle, aumentando assim seu risco operacional.

2.6 – Unidades Lotéricas

Dentre diversos ramos de pequenas empresas que têm altas taxas de mortalidade, o ramo da loteria é um ramo bastante estável com poucas oscilações na quantidade e no tempo de sobrevivência de suas empresas. A rentabilidade, porém, apresentada por este segmento, chega, muitas vezes a ser negativa, ou muito pequena, conforme estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2008).

As Unidades Lotéricas surgiram em 1970, com o Decreto-Lei 759 de 12/08/1969, como concessão. Atualmente atuam no regime de permissão, regulamentado pela Circular CAIXA n. 209 de 29/01/2001 e pela Lei 8.987/95. O regime de permissão trata da delegação a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco. As Unidades Lotéricas são classificadas da seguinte maneira: Casa Lotérica; Casa Amaral, J. V.; Casa Nova, S. P. C.

Lotérica Avançada; Unidade Simplificada de Loterias; Mini Unidade Lotérica e Unidade Móvel. Segundo a CEF – Caixa Econômica Federal (2009), o valor mínimo estimado, para o empreendedor iniciar esse tipo de negócio é R\$ 5.000,00, quando se trata de Unidade Simplificada de Loteria e R\$ 30.000,00, quando é uma Casa Lotérica.

As Unidades Lotéricas vendem bilhetes de loterias e promovem jogos, atuam como correspondente bancário e disponibilizam produtos e serviços essenciais aos brasileiros tais como recebimento de contas, pagamento de convênios, realização de saques, efetivação de depósitos, pagamento de benefícios sociais. O SEBRAE (2007b, p.03) afirma que em 2004, 52,6% das declarações de isentos de imposto de renda, foram recebidas em unidades lotéricas. A revista Fator (2009) menciona que na atualidade 90% dos benefícios sociais são pagos e 70% de contas de concessionárias são recebidas em unidades lotéricas.

Apesar de tamanha demanda, o SEBRAE-SC (2008) afirma que os maiores empreendedores deste ramo são unânimes em afirmar que o negócio exige muito do proprietário, que precisa estar atento, empenhado em aumentar o faturamento, conquistado centavo a centavo. A CEF (2009), também afirma em seu site que a rentabilidade varia em função do mercado, do ponto onde está instalada a loja e principalmente da qualidade da gestão do empresário lotérico.

2.6.1 – Capital de Giro das Unidades Lotéricas

Segundo o SEBRAE (2007b, p.08), o capital de giro é relativamente baixo em unidades lotéricas, considerando que o investimento inicial não se computa no capital de giro, uma vez que tal montante é pago a CEF a título de Tarifa de Permissão, padronização e demais despesas referentes à instalação da Unidade Lotérica. Entretanto, como todo negócio, existe um tempo mínimo para a maturação, sendo necessário que o empresário lotérico tenha um capital de giro suficiente para sustentar seus custos e despesas por um período adequado até que o seu negócio comece a dar retorno financeiro.

Ainda segundo o SEBRAE (2007b, p.08) não existe um período mínimo ou máximo para que a unidade lotérica se torne auto-suficiente, mas como em qualquer segmento empresarial o tempo médio é de aproximadamente 12 meses.

2.6.2 – Tributação nas Unidades Lotéricas

Os tributos incidem sobre a comercialização das modalidades de loterias e dos produtos conveniados, pela prestação dos serviços delegados e pelos serviços de Correspondente Bancário. A Lei 10.684/2003 excluía as Unidades Lotéricas do Simples, mas com a Lei 10.833/2003, art. 82, que deu nova redação à Lei 10.034/2000, art. 2º, as Unidades Lotéricas também podem optar pelo Super Simples, se elas o julgarem mais vantajoso.

Desta maneira, pode-se perceber que a contabilidade pode e deve estar presente para fazer com que o empresário lotérico tenha conhecimento do seu real faturamento, planeje o seu capital de giro de maneira eficiente, preveja o quanto do seu faturamento não será efetivamente recebido devido aos maus pagadores, faça um planejamento tributário que minimize os tributos a pagar, incentive a venda de produtos que realmente lhe trazem maior lucro e estabeleça ferramentas que auxiliem a manter um controle interno eficiente da unidade. No presente estudo busca-se verificar se a contabilidade de fato está atuando desta maneira, ajudando a evitar que o empresário lotérico tenha insucesso.

2.6.3 – A Importância da Contabilidade nas Unidades Lotéricas

O SEBRAE-SP (2008a, p.11-31) em sua cartilha “Comece Certo: Casa Lotérica” explica ao empreendedor interessado que antes de abrir seu negócio, ele deve elaborar seu plano de negócio e neste plano de negócio deve ter estabelecido pelo menos as seguintes Os Fatores de Insucesso das Empresas de Pequeno Porte e a Contabilidade: Um Estudo em Unidades...

questões: Gastos (investimento inicial, custos e despesas); Preço de venda; Escala - Ponto de Equilíbrio e Margem de Contribuição; e Retorno do investimento.

Tais informações demonstram a necessidade de informação contábil que o proprietário de uma Unidade Lotérica tem. A necessidade desta informação não é para calcular o imposto a pagar, ou para obter um empréstimo junto a um banco, mas sim para que ele, proprietário, tenha condições de tomar as decisões mais acertadas. A necessidade que o proprietário tem é que a contabilidade forneça uma informação relevante para que possa tomar as corretas decisões e realizar seus julgamentos com segurança, ou seja, a necessidade que a contabilidade cumpra seu objetivo, para assim atingir também o objetivo do proprietário, que tomando estas decisões mais coerentes conseguirá maximizar o valor do seu negócio e atingir o objetivo da empresa.

Nesta cartilha Comece Certo do SEBRAE-SP (2008a, p.76-77) tem um tópico que fala da importância do contabilista para a Unidade Lotérica. Neste tópico, porém, a importância que é auferida ao profissional contábil é a que se usualmente dá: auxiliar o proprietário a cumprir as obrigações comerciais, tributárias, fiscais, trabalhistas, previdenciárias, esquecendo-se que mais importante do que isso é auxiliar o proprietário a tomar as decisões que esta mesma cartilha diz que devem ser tomadas, para garantir o sucesso da empresa, informações interessantes ao proprietário e não ao Fisco, ao governo e aos credores.

2.6.4 – Lucratividade das Unidades Lotéricas

Em pesquisa efetuada pelo IPEA em conjunto com a CEF em setembro de 2008, foi feita uma avaliação da lucratividade das Unidades Lotéricas com uma amostra de 660 Casas Lotéricas e 59 Unidades Simplificadas de Loterias, referente à média obtida nos meses março, abril e maio de 2007.

Nesta pesquisa viu-se que o lucro médio das Casas Lotéricas foi R\$3.070 e que 8,7% das mesmas apresentaram prejuízo, enquanto 5,5% apresentaram baixa lucratividade de 3,1%. Quando consideradas as retiradas de pró-labores dos sócios, 28,2% das Casas Lotéricas apresentaram prejuízo e 13,6% delas mostraram baixo lucro médio de R\$ 105 e baixa lucratividade de 1,2%. Nas Unidades Simplificadas de Loterias a situação é pior, pois além de o lucro médio ser R\$ 887, 17,1% delas apresentou prejuízo e se considerada a retirada de pró-labore dos sócios, 46,4% delas foram deficitárias, enquanto 20,2% apresentaram baixo lucro médio de R\$ 194 e baixa lucratividade de 6,8%.

3 – Metodologia

A abordagem desta pesquisa é a positiva, onde está sendo verificada e comparada a realidade com a bibliografia existente e em que, segundo Martins e Theóphilo (2007, p.41) a teoria norteia a observação dos fatos.

A pesquisa classifica-se como uma pesquisa descritiva, onde, segundo Silva (2003, p.65) objetiva-se descrever as características de uma determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis. É também um estudo de caso, onde, conforme Martins (2000, p. 36-38) uma unidade social é analisada profunda e intensamente.

O estudo de caso é múltiplo e as unidades sociais que foram analisadas profunda e intensamente foram três unidades lotéricas de sucesso do município de São Paulo, onde sua análise visou levantar e retratar a realidade contábil das mesmas.

Esta pesquisa foi realizada, utilizando basicamente duas técnicas de coleta: questionário e entrevista semi-estruturada. Tanto o questionário, quanto a entrevista versaram sobre quem e o que faz a contabilidade, além do posicionamento das Unidades Lotéricas frente aos fatores de insucessos supra explanados.

As Unidades Lotéricas questionadas e entrevistadas são empresas de pequeno porte de sucesso, pois apresentam uma grande longevidade e uma razoável rentabilidade. Uma das unidades foi fundada em 2001 e nunca teve alteração em sua composição societária e o empresário antes de abrir sua lotérica, trabalhou diversos anos como contador de empresas. Outra das unidades foi fundada em 1983 e teve duas alterações da composição societária, sendo que o empresário questionado é proprietário desta empresa desde 2007, sendo anteriormente proprietário de outra empresa de serviços de um distinto ramo. Por fim, a outra unidade foi fundada em 1988, tendo havido alteração dos sócios desde então, sendo que o atual proprietário possui a lotérica desde 2001, e já teve outra Unidade Lotérica, da qual não é mais o dono. As três Unidades Lotéricas são micro empresas localizadas na zona leste do município de São Paulo e todas apresentam lucro, nenhuma é deficitária.

Os questionários foram entregues impressos aos empresários lotéricos com uma carta na frente, que identificava a pesquisadora, explicava a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obtenção de resposta, foi composto por questões fechadas e abertas. A entrevista foi realizada após a recepção dos questionários respondidos com a finalidade de obter maiores detalhes. Ocorreu dentro de uma das Unidades Lotéricas, foi efetivada em 31 de outubro de 2009 e teve duração de uma hora e quarenta minutos. Foi uma entrevista do tipo semi-estruturada e teve suas questões guiadas pelas respostas dos questionários. Na entrevista procurou-se identificar as razões e motivações para determinados comportamentos.

As respostas dos questionários e a realização da entrevista não serviram para determinação de uma realidade populacional, mas sim para ver como é a contabilidade em micro e pequenas empresas do ramo lotérico de sucesso e se o sucesso é aumentado com uma contabilidade que possui diferenciais, ou se sua existência é devida a fatores alheios à contabilidade, podendo com uma melhor aplicação dela ser aumentado. Cabe ressaltar que a amostragem em questão usada é uma amostragem não probabilística, onde Fávero *et al.* (2009) mencionam que a forma de obtenção é não-aleatória, e desta maneira, a probabilidade de cada elemento da população fazer parte da amostra não é igual, fazendo com que as amostras selecionadas não sejam igualmente prováveis. Deste modo, a presente pesquisa faz uso de dados primários que foram gerados a partir da aplicação do questionário e da entrevista.

A análise feita propôs descrever como e por quem está sendo feita a contabilidade neste segmento, e a partir daí definir os problemas que estão sendo percebidos, que devem ser evitados, a fim de garantir o sucesso destas empresas. A análise de dados foi analítica, com ênfase a aspectos qualitativos, onde se procurou entender, compreender e descrever os comportamentos. Esta análise de dados foi orientada para o processo e visou à síntese (MARTINS e THEÓPHILO, 2007, p.137). A análise qualitativa na presente pesquisa é a dedutiva, onde, segundo Moll *et al.* (2006), faz-se uso de teorias pré-ordenadas para trazer uma estrutura referencial para analisar os dados. Moll *et al.* (2006) ainda mencionam que a estratégia de pesquisa dedutiva na análise qualitativa deve estar relacionada a um corpo de conhecimento já existente na área do estudo, onde um primeiro passo consiste no desenvolvimento de categorias a partir dos dados coletados.

4 – Resultados

4.1 – A Contabilidade

Nas três Unidades Lotéricas da presente pesquisa, a contabilidade não é feita internamente: um escritório de contabilidade contratado é o responsável pela elaboração da mesma. A frequência das informações fornecidas por estes escritórios é mensal, havendo algumas consolidações semestrais e anuais para apuração de impostos e cumprimento de

exigências legais. Segundo os proprietários, o principal motivo de a contabilidade ser feita por um escritório de contabilidade é mais econômico contratar um escritório que manter um contador próprio para a unidade.

Pode-se observar que os principais dados, informações produtos ou serviços fornecidos pela contabilidade são destinados aos usuários externos, não existindo nenhuma informação destinada ao usuário interno proprietário. As principais funções da contabilidade mencionadas tanto no questionário quanto na entrevista foram o cálculo dos impostos a pagar; a emissão de notas fiscais, a elaboração da folha de pagamento e as alterações, quando necessárias, do contrato social. A utilização dos dados que o escritório da contabilidade fornece servem apenas para a apuração do imposto. Os pesquisados afirmam que não conferem os dados da apuração de um ano para o outro, pois o que lhes importa não é como está sendo recolhido o imposto, mas sim se lhe está sobrando ou não dinheiro, após pagar as despesas.

Desta maneira, pode-se confirmar o que Nunes e Serrasqueiro (2004, p.94-95) verificaram: quando a contabilidade é feita externamente, a principal finalidade da sua elaboração é para propósitos fiscais e legais.

4.2 – Os Fatores de Insucesso e a Contabilidade nas Unidades Lotéricas

4.2.1 – Problemas com Capital de Giro

Em nenhuma das lotéricas é feito o planejamento do capital de giro que será utilizado. No entanto, os empresários afirmam que sempre possuem uma estimativa do quanto vão ganhar, pois todo mês o comportamento das receitas e despesas é bastante similar. Foi exposto que o conhecimento do negócio permite saber se será ou não possível ter mais gastos, baseado no movimento de clientes que vêm ao longo dos dias na unidade. O faturamento é apenas atípico quando os prêmios dos principais jogos estão muito acumulados, o que faz com que mais pessoas joguem e conseqüentemente aumentem o faturamento da unidade lotérica. O proprietário nota se está com capital de giro ou não, quando vê que além de estar conseguindo pagar todas as despesas, ainda lhe sobra algum dinheiro.

Assim, pôde-se perceber que as Unidades Lotéricas não apresentam nenhum dos problemas retratados por Santos (2001, p.26):

Não há sazonalidade no faturamento e nas despesas, pois há uma constância do que se recebe e do que se gasta no mês;

O ciclo operacional nas unidades não é longo;

Não ocorrem reduções ou aumento de vendas abruptas, não há aumento íngreme da inadimplência, das despesas financeiras e dos custos.

Todos lotéricos desta pesquisa afirmam que em nenhum momento tiveram que recorrer a empréstimos urgentes por a unidade apresentar problemas no capital de giro. Um problema relatado pelos empresários é que o tratamento dado ao capital de giro pessoal e ao da lotérica é apenas um, e, muitas vezes, o capital da empresa é utilizado para fins particulares, o que acaba ferindo o princípio contábil da entidade.

4.2.2 – Problemas com Maus Pagadores

Nenhum dos lotéricos afirmou apresentar grande inadimplência dos clientes. Segundo os empresários, a inadimplência no ramo lotérico é muito baixa, pois não há vendas a prazo e o recebimento de cheques só ocorre quando se conhece o cliente e conforme o valor da aposta, ou seja, se o valor que o cliente está jogando seria impraticável de ser realizado com dinheiro (valores altos). Desta maneira, não se tem estimativa e gerenciamento de inadimplência dos clientes, pois esta é muito baixa.

4.2.3 – Carga Tributária Elevada

Todos os lotéricos da presente pesquisa recolhem os impostos federais pelo Super Simples. Esta foi a forma de apuração escolhida, pois, segundo os proprietários, proporciona facilidade e economia. Foi exposto pelos empresários que mesmo se o lucro real fosse melhor, para calculá-lo teria que ter um contador diariamente na lotérica e o benefício na redução de impostos (se houvesse) não seria compensado pelo aumento de custo de contratar um contador.

Vê-se então que os lotéricos escolheram a forma de apuração do lucro em que, tudo indica, o imposto pago é o menor legalmente possível, além de ser uma forma de apuração que trouxe mais facilidade e praticidade. Assim, conforme exposto por Luca, Teixeira e Corrêa (2007, p.02-03), os lotéricos estão utilizando favoravelmente a elisão induzida pela lei.

4.2.4 – Margem de Contribuição

A totalidade dos lotéricos desta pesquisa afirmou ter o conhecimento de quanto cada produto/serviço contribui individualmente na formação do lucro.

Foi relatado que qualquer jogo feito rende aproximadamente 8%, porém a maioria dos clientes joga Mega-Sena e Loto-Fácil, havendo pouquíssimos jogos, por exemplo, na Loto Gol, Time Mania. As contas que recebem trazem tarifas diferenciadas, mas, em média, cada conta acolhida traz uma tarifa de R\$ 0,33. Os bolões são também um tipo de produto que incrementam a rentabilidade da lotérica, pois a margem de contribuição dos mesmos é maior do que a de um jogo singular.

Embora tenham o conhecimento do quanto cada produto/serviço rende e custa à unidade, não são feitos cálculos da margem de contribuição de cada produto, e da margem de contribuição da unidade como um todo. Sem este valor, não se sabe qual é o ponto de equilíbrio e incorre-se no risco de não cobrir os custos fixos.

4.2.5 – Controle Interno

Um dos proprietários afirmou que há ferramentas de controle interno da unidade, existindo, por exemplo, segregação das funções. Outro empresário, no entanto, afirmou que inexistem qualquer ferramenta de controle interno da unidade. O terceiro empresário, entretanto, informou possuir ferramentas mais robustas de controle interno, onde cada operador de terminal financeiro, no final de cada dia, tem seu saldo de caixa conferido com o relatório emitido pelo sistema e repassado para outra pessoa, que faz a contagem e repassa para depósito. Este proprietário ainda mencionou que diariamente é feita uma comparação do que a unidade pagou/recebeu com o que a CEF creditou/debitou dela e habitualmente são conciliadas as contas bancárias, onde é identificando porque o saldo contido no extrato difere do saldo contido no controle informal do lotérico. Nesta unidade, é também efetuado o controle evolutivo dos terminais financeiros de um dia para o outro, já que o relatório emitido pela máquina, apenas mostra o saldo sucedido no dia.

Nota-se, portanto que uma das três Unidades Lotéricas difere substancialmente das usuais MPEs brasileiras, que conforme Bergamini Júnior (2003, p.23-24) apresentam um histórico de reduzida utilização de controles internos.

5 – Conclusões

Este estudo é uma pesquisa qualitativa e como tal está preocupado em entender, compreender e descrever os comportamentos. Está orientada para o processo e visa à síntese. (MARTINS e THEÓPHILO, 2007, p.137). É uma pesquisa construída a partir de um estudo

multicaso e como consequência apresenta limitações. Esta pesquisa limita-se a verificar quem faz a contabilidade, o que ela faz e como os fatores de insucesso a ela relacionados são tratados em um segmento específico de pequenas empresas: unidades lotéricas. O estudo foi feito em três unidades lotéricas. Não é possível, portanto, generalizar que todas as unidades lotéricas assim atuam, mas é possível entender, compreender e descrever como as unidades estudadas atuam, explorando motivações, comportamentos, atitudes e percepções.

Verificou-se que as unidades lotéricas e unidades simplificadas de loterias apresentam uma lucratividade muito baixa, isso quando, não apresentam prejuízo, estando as unidades simplificadas de loterias em situação bem pior que as casas lotéricas.

Foi também possível observar que nenhuma unidade lotérica estudada possui um contador, sendo a contabilidade feita externamente com o propósito exclusivamente fiscal e legal. Não há informações geradas cuja destinação seja o proprietário, são informações quase inteiramente destinadas ao Fisco. O próprio SEBRAE, que visa fomentar as pequenas empresas, orienta que as unidades lotéricas avaliem questões gerenciais, mas aufere ao contador as usuais obrigações comerciais, tributárias, fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

Alguns dos fatores de insucesso das empresas de pequeno porte relacionados a contabilidade não tem, nas unidades lotéricas estudadas, a devida atenção que careciam de ter: o capital de giro não é planejado, nem controlado e não há a estimativa dos maus pagadores, embora este fator possa em parte ser justificado pela baixa inadimplência apresentada.

A apuração do imposto, pelo Super Simples, parece ter sido uma boa decisão e em geral foi recomendada pelos escritórios de contabilidade. O Super Simples proporcionou facilidade e menor carga tributária do que as outras formas de apuração.

Todos lotéricos possuem conhecimento do quanto cada produto contribui com a formação do seu resultado, o que em parte é devido pela uniformidade da margem de contribuição dos jogos e pelas tarifas de recebimentos de contas apresentarem-se em geral bastante próximas da média, porém, nenhum deles calcula o ponto de equilíbrio e, portanto, não sabem quanto necessitam vender para conseguir cobrir os custos fixos.

Pelo próprio tipo de serviço, que lida com dinheiro, há uma significativa preocupação com o controle interno, existindo normalmente ferramentas para tanto.

Para aumentar a rentabilidade e diminuir o risco perante os fatores de insucesso vê-se que a contabilidade deve se voltar mais ao objetivo da empresa, que é de gerar valor ao proprietário. Para conseguir alcançar este objetivo faz-se necessário fornecer informação econômica, física, de produtividade e social relevante para que o proprietário possa tomar as corretas decisões e realizar seus julgamentos com segurança.

O empresário lotérico não está conhecendo e entendendo a evolução de seu faturamento e de seu lucro, nem tampouco faz estimativas reais de quanto capital de giro necessitará para que possa desempenhar suas atividades de forma a otimizar o resultado da empresa. Para que isso passe a ocorrer é necessário, antes de tudo, que o próprio proprietário tenha consciência desta necessidade e tome ciência da importância da contabilidade para a gestão de seus negócios, o que os conduzirá a uma maior lucratividade e, conseqüentemente, levará a empresa ter mais sucesso.

Desta maneira, pôde-se ver que o sucesso nas unidades lotéricas estudadas (longevidade e lucratividade) é resultante de fatores alheios a contabilidade, mas certamente com uma boa aplicação da mesma seria possível de ser ampliado e assim, a empresa e a contabilidade, atingiriam seus objetivos.

Há diversos temas sobre a relação entre a contabilidade e as empresas de pequeno porte que poderiam ser pesquisados em futuros estudos. Uma pesquisa bastante interessante é a que proponha informações que os escritórios de contabilidade deveriam fornecer para ajudar as pequenas empresas evitarem o insucesso e, ao mesmo tempo, verifique se estes escritórios são capacitados suficientemente para fornecer tais informações. Outro assunto bastante

atraente consistiria em verificar junto a empresas incubadas em incubadoras, tais como o Centro Incubador de Empresas Tecnológicas - CIETEC, quais motivos as levam apresentar sucesso e baixa mortalidade, bem como quais são os diferenciais contábeis possuídos por estas empresas.

Referências

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS. **Mês de julho alcança melhor taxa de emprego do ano:** As micro e pequenas empresas foram responsáveis por 80,3% do total de empregos formais criados. Brasília: 2009. Disponível em: <<http://www.noticias.sebrae.com.br/asn/2009/09/01/8852075>> Acesso em 14 nov. 2009.

BERGAMINI JÚNIOR, Sebastião. Fraudes com derivativos: O caso Barings. **Revista Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, nº 20, ano VI, p. 19-26, Maio/Jul. 2003.

BRIGHAM, Eugene F.; GAPENSKI, Louis C.; EHRHARDT, Michael C. **Administração Financeira: Teoria e Prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF. **Unidade Lotérica**. Disponível em <http://www.caixa.gov.br/Loterias/Abertura_de_Unidade_Loterica/index.asp.br> Acesso em: 21 mai. 2009.

CAMPOS, Cândido H. **Prática de Planejamento Tributário:** Como fazer planejamento tributário. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2007.

CASA NOVA, Silvia Pereira de Castro. **As empresas de pequeno porte e a contabilidade**. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

ERCOLIN, Carlos Alberto. **Fatores determinantes da mortalidade da Micro e Pequena Empresa**. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

FATOR. **Estudo da Fecomércio confirma:** valor pago pela CEF aos lotéricos da região sudeste está defasado. [S.l.], 2009. Disponível em: <http://www.credinfo.com.br/admin_credinfo/index.php?option=com_content&task=view&id=1665&Itemid=2> Acesso em 18 jun. 2009.

FÁVERO, L. P. *et al.* **Análise de Dados:** modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FERREIRA, Luis Fernando Filardi. **Estudos dos fatores contribuintes para a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo**. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

FOSSÁ, Mércia M. C. C. A.. **Análise do comportamento de compra dos empresários** Os Fatores de Insucesso das Empresas de Pequeno Porte e a Contabilidade: Um Estudo em Unidades...

lotéricos da CAIXA: uma investigação na rede de franquias da região metropolitana do Recife. Recife, 2002. Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

HOZI, Masakazu. **Administração financeira:** Uma abordagem prática. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Avaliação da Lucratividade das Unidades Lotéricas.** [S.l], 2008. Disponível em: <http://www.sincoesp.org.br/admin/pdfs_ipea/estudo_ipea_lotericas.pdf> Acesso em: 13 mai. 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUGO, Nelson Vírginia Maria. **Pequenas empresas:** sucessos e insucessos. Lisboa: Edições Sílabo, 1991.

KASSAI, José R.; CASA NOVA, Silvia P. C. Pequenas empresas: como é difícil “levantar dinheiro”. **Revista ConTexto**, Porto Alegre, v. 6, n. 9, p. 1-24, 1º semestre 2006.

LUCA, Márcia de; TEIXEIRA, Marcelo C. F.; CORRÊA, Denise M. M. C. A elisão tributária aplicada às micro e pequenas empresas. *In:* CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, VII, 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 26-27 Jul/2007.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARTINS, Gilberto de. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso.** São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Gilberto de; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Atlas, 2007.

MOLL, J.; MAJOR, M.; HOQUE, Z. *The qualitative research tradition.* *In:* HOQUE, Z. **Methodological issues in accounting research: theories and methods.** London: Spiramus, 2006.

NUNES, Leonor C. F., Serrasqueiro, Zélia M. S. A informação contabilística nas decisões financeiras de pequenas empresas. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n.36, p. 87-96, Set./Dez. 2004.

SANTOS, Edno Aparecido dos. **Administração financeira da pequena e média empresa.** São Paulo: Atlas, 2001.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **Boletim estatístico de micro e pequenas empresas:** Observatório SEBRAE 1º semestre 2005. Brasília: 2005. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/BDS.ndf/03DE0485DB219CDE03_25701B004CBD01/\\$File/NT000A8E66.pdf](http://201.2.114.147/bds/BDS.ndf/03DE0485DB219CDE03_25701B004CBD01/$File/NT000A8E66.pdf)> Acesso em 25 ago. 2008.

_____. **Fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e mortalidade de micro e**
Amaral, J. V.; Casa Nova, S. P. C.

pequenas empresas no Brasil 2003-2005. Brasília: 2007a. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/estudos-e-pesquisas/sobrevivencia-das-micro-e-pequenas-empresas>> Acesso em 01 out. 2008.

_____. **Idéias de negócios:** Casa Lotérica – 2007. Brasília: 2007b. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/br/parasuaempresa/ideiasdenegocios_1296.asp> Acesso em 18 jun. 2009.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS SANTA CATARINA - SEBRAE/SC. **Banco de idéias de negócios:** Casa Lotérica 2008. Florianópolis: 2008. Disponível em: <<http://www.sebraesc.com.br/ideais/default.asp?vcdtexto=2387&%5E%5E>> Acesso em 13 mai. 2009.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS SÃO PAULO - SEBRAE/SP. **Comece certo:** Casa Lotérica. 2 ed. São Paulo: 2008a. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/midiateca/publicacoes/comece_certo/servicos/casa_loterica> Acesso em 21 mai. 2009.

_____. **10 anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade das empresas.** São Paulo: 2008b. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/conhecendo_mpe/mortalidade> Acesso em 14 nov. 2009.

SILVA, Alexandre *et al.* Estudo comportamental do sistema de uma casa lotérica utilizando técnicas de simulação. *In:* Simpósio Acadêmico de Engenharia de Produção, IV, 2008, Viçosa. **Anais...** Viçosa: SAEPRO UFV, 30 Out-01 Nov/2008.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2003.

UENO, Rodrigo B.; CASA NOVA, Silvia P. C. Um Estudo sobre a Percepção do Micro e Pequeno Empresário sobre a Importância da Contabilidade no Processo de Tomada de Decisão. *In:* Seminários em Administração, IX, 2006, São Paulo. **Seminários...** São Paulo: Programa de Pós Graduação em Administração - FEA/USP, 10-11 Ago/2006.